Da Plataforma Progredir ao Sistema Acredita: desafios informacionais e avanços tecnológicos na inclusão produtiva

Tainá Regly
Doutora em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFRJ-IBICT), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Professora Adjunta, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Assistente de pesquisa, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF, Brasil.
http://lattes.cnpq.br/5572586959935763
taina.regly@facc.ufrj.br
https://orcid.org/0000-0002-5127-7013

Joyce Paola Teixeira Sobrinho
Graduação em Psicologia, Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), Brasília, DF, Brasil.
Assistente de pesquisa, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF, Brasil.
http://lattes.cnpq.br/1599646488165006
joycesobrinho@ibict.br
https://orcid.org/0009-0001-0598-9298

Rebeca dos Santos de Moura
Mestre em Engenharia de Sistemas Eletrônicos e de Automação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.
Tecnologista, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF, Brasil.
http://lattes.cnpq.br/8677193043257356
rebecamoura@ibict.br
https://orcid.org/0000-0002-7685-8826

Lucas Rodrigues Costa
Doutor em Ciência da Computação pela Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.
Tecnologista, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF, Brasil.
http://lattes.cnpq.br/3133273170328412
lucasrodrigues@ibict.br
https://orcid.org/0000-0002-0973-4866

Diego José Macedo
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.
Tecnologista, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF, Brasil.
http://lattes.cnpq.br/2205539000237712
diegomacedo@ibict.br
https://orcid.org/0000-0002-5696-0639

Submetido em: 12/02/2026. Aprovado em: 16/04/2026. Publicado em: 29/05/2026.

RESUMO

A plataforma Acredita, evolução dos sistemas Progredir e SISPRP, foi desenvolvida para aprimorar a inclusão produtiva de beneficiários do Cadastro Único por meio do acesso facilitado a emprego, qualificação profissional e empreendedorismo. Este estudo apresenta os desafios enfrentados na implementação da plataforma, as soluções adotadas e os impactos gerados. A metodologia baseou-se na análise documental e observação dos processos de desenvolvimento, com foco na migração de dados, reestruturação da arquitetura e integração com bases governamentais. Foram superados obstáculos como a compatibilidade de banco de dados, adaptação ao novo padrão visual do MDS e validação das regras de negócio. As soluções implementadas resultaram em uma plataforma mais eficiente e acessível, com melhorias na interface, adoção de APIs para interoperabilidade e otimização dos processos de homologação. Os resultados indicam avanços na usabilidade, integração e confiabilidade do sistema, tornando-o um instrumento estratégico para gestores públicos e beneficiários. A modernização do sistema possibilitou maior eficiência na gestão de políticas públicas, consolidando a plataforma como uma ferramenta essencial para a democratização do acesso a oportunidades.

Palavras-Chave: inclusão produtiva; interoperabilidade; banco de dados; acessibilidade digital; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A inclusão produtiva da população em situação de vulnerabilidade social é um dos grandes desafios das políticas públicas contemporâneas. Desde a sua criação, em 2017, o Plano Progredir tem sido um instrumento fundamental para promover oportunidades de emprego, qualificação profissional e incentivo ao empreendedorismo, visando à autonomia econômica dos cidadãos inscritos no Cadastro Único (CadÚnico). Instituído pelo Decreto nº 9.160, de 26 de setembro de 2017, o programa constitui um conjunto articulado de ações voltadas à intermediação de mão de obra, oferta de capacitação e acesso ao microcrédito (Brasil, 2017).

Com a evolução do projeto e mudanças na gestão governamental, a plataforma informacional do programa passou por transformações significativas. Inicialmente denominada Plataforma Progredir, a ferramenta foi reformulada para se tornar o Sistema do Programa de Redução da Pobreza (SISPRP), consolidando-se como um ambiente digital voltado à inclusão produtiva. Mais recentemente, em um novo ciclo de reformulação e, a plataforma foi renomeada como Acredita para atender à nova legislação vigente, estabelecida pela Lei nº 14.995 (Brasil, 2024), incorporando diretrizes para melhorar o seu alcance e atender de maneira satisfatória as necessidades dos usuários.

A atuação do programa sempre esteve estruturada em três eixos principais:

a) Empreendedorismo, promovendo acesso a microcrédito e suporte para negócios individuais e coletivos;

b) Intermediação de mão de obra, conectando trabalhadores a oportunidades de emprego;

c) Qualificação profissional, oferecendo cursos presenciais e a distância para capacitação e aprimoramento de habilidades.

Os objetivos do programa permanecem alinhados com sua missão inicial, buscando ampliar o acesso ao mundo do trabalho por meio da criação de condições que melhorem a empregabilidade e a renda dos beneficiários. Também se destaca o estímulo a ações municipais e estaduais de inclusão produtiva, fortalecendo parcerias locais para ampliar o impacto do programa. Por fim, há o compromisso de engajar órgãos públicos e entidades privadas na promoção da inclusão produtiva do público-alvo, garantindo maior alcance e efetividade das iniciativas implementadas.

Dado o caráter estratégico da plataforma, a coleta, organização e disponibilização de dados são aspectos essenciais para o seu funcionamento. A gestão eficiente dessas informações permite acompanhar a demanda por inclusão produtiva, identificar tendências do mercado de trabalho e mapear as necessidades de qualificação regional. Nesse contexto, a plataforma Acredita desempenha um papel central na oferta de serviços digitais integrados, facilitando o acesso dos cidadãos às oportunidades disponíveis.

O desenvolvimento e aprimoramento contínuo da plataforma trouxeram desafios significativos, como a necessidade de interoperabilidade entre bases de dados governamentais,

a adequação a novas regras de negócio e a construção de uma interface acessível e intuitiva para diferentes perfis de usuários. Na comunicação “Programa Redução da Pobreza: sistema de informação para apoiar o emprego, o empreendedorismo e a educação das pessoas inscritas no Cadastro Único”, publicado por Pérez *et al.* (2024), foram discutidos os fundamentos metodológicos e técnicos para a concepção inicial da plataforma, bem como sua relevância para as políticas públicas de inclusão produtiva.

Dando continuidade a essa análise, este artigo tem como objetivo apresentar os desafios enfrentados, as soluções adotadas e os avanços tecnológicos realizados na evolução da plataforma. Serão discutidos os principais obstáculos superados no desenvolvimento do sistema, incluindo questões técnicas, de usabilidade e de interoperabilidade. Além disso, serão detalhadas as melhorias implementadas e os impactos esperados para a efetivação da plataforma como ferramenta de suporte à inclusão produtiva e ao desenvolvimento econômico dos beneficiários do programa.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa e descritiva, baseada na análise documental e na observação dos processos de desenvolvimento e implementação da plataforma informacional do Sistema Acredita. O método utilizado segue um modelo de pesquisa aplicada, com foco na identificação de desafios, proposição de soluções e avaliação dos avanços tecnológicos na evolução da plataforma.

A metodologia foi organizada em três etapas principais:

a) Levantamento e análise documental – Esta etapa consistiu no exame detalhado de documentos institucionais, incluindo relatórios técnicos, planos de trabalho e registros de acompanhamento do projeto. Foram analisados dados referentes ao planejamento, implementação e evolução da plataforma, considerando a transição entre as diferentes fases do sistema, desde o Progredir, passando pelo SISPRP, até sua consolidação como Acredita. O levantamento documental possibilitou a compreensão dos marcos regulatórios, das exigências tecnológicas e dos desafios operacionais enfrentados ao longo do processo.

b) Observação e análise do desenvolvimento técnico – Com o objetivo de compreender os desafios práticos enfrentados pela equipe de desenvolvimento, foram analisados os registros de progresso da implementação do sistema, incluindo relatórios de atraso, mudanças na arquitetura tecnológica e ajustes na modelagem de dados. A análise centrou-se nos aspectos de interoperabilidade informacional, integração com bases de dados governamentais (como CadÚnico), padronização da identidade visual e adequação a requisitos de segurança e acessibilidade.

c) Avaliação dos impactos e resultados – A última etapa consistiu na identificação dos avanços obtidos com a implementação das soluções adotadas. Para isso, foram considerados indicadores de desempenho técnico, usabilidade e impacto na inclusão

produtiva, conforme definidos nos relatórios do projeto. A avaliação envolveu métricas como o tempo de resposta do sistema, taxa de adoção da plataforma, engajamento dos usuários e qualidade da integração com serviços parceiros.

A pesquisa utilizou metodologias ágeis, como *Scrum*[1] e Design Centrado no Usuário (Clark, 2011; Schwaber; Sutherland, 2020), para compreender as iterações do desenvolvimento e os ajustes realizados com base no *feedback* dos *stakeholders*[2]. O estudo também se apoia na Ciência da Informação, explorando como a organização e o fluxo de dados podem otimizar a gestão de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva.

Com essa abordagem, busca-se fornecer uma visão abrangente dos desafios e avanços da plataforma Acredita, consolidando um panorama das transformações ocorridas desde sua concepção até o estágio atual de desenvolvimento e implementação.

RESULTADOS: O DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA

Desafios enfrentados

O desenvolvimento da plataforma Acredita envolveu desafios técnicos e operacionais complexos. Entre os principais obstáculos enfrentados, destacam-se problemas de compatibilidade e migração de banco de dados, adaptação ao novo padrão visual, dificuldades no processo de homologação e integração das tabelas do banco de dados, conforme definido pela equipe de tecnologia da informação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

A migração de dados do antigo sistema Progredir representou um grande desafio devido à incompatibilidade do modelo de dados legado com a nova arquitetura baseada em *PostgreSQL* 15[3]. A ferramenta utilizada para modelagem, *PowerDesigner* 16.3[4], não oferecia suporte total à versão adotada pelo MDS, exigindo ajustes manuais na conversão dos scripts de banco de dados. Além disso, o processo de *dump* e importação de dados gerou inconsistências nos registros, exigindo esforços adicionais para validação das tabelas e normalização das informações.

Durante essa transição, foi necessário corrigir falhas que afetavam a integridade dos registros, além de revisar relações entre tabelas e ajustar chaves primárias. Essas correções demandaram múltiplos ciclos de homologação, pois qualquer erro poderia comprometer a confiabilidade da plataforma e impactar os beneficiários.

1 Metodologia ágil usada para gerenciar projetos complexos, especialmente em desenvolvimento de software. Disponível em: https://www.scrum.org/. Acesso em: 12 abr. 2025.
2 Pessoas ou grupos com interesse direto ou indireto em um projeto, como usuários, patrocinadores ou gestores.
3 Versão do sistema gerenciador de banco de dados relacional open source, conhecido por sua robustez e suporte a dados complexos. Disponível em: https://www.postgresql.org/about/news/postgresql-15-released-2510/. Acesso em: 12 abr. 2025.
4 Ferramenta para modelagem de dados, arquitetura corporativa e design de banco de dados.

Outro desafio crítico foi a adequação da interface da plataforma ao novo *Design System*[5] do MDS. A equipe de desenvolvimento já havia estruturado a interface utilizando um modelo anterior, mas a atualização das diretrizes exigiu modificações em mais de 150 telas. O redesenho incluiu ajustes em ícones, cores, botões e layouts para garantir conformidade com a identidade visual exigida.

Essas mudanças impactaram diretamente o tempo de desenvolvimento, pois foi necessário revisar os estilos CSS[6], adaptar os componentes gráficos e revalidar toda a interface. Além disso, a acessibilidade foi aprimorada com a implementação de modo de alto contraste, suporte a leitores de tela e melhorias na navegação via teclado, garantindo que a plataforma atendesse às diretrizes do WCAG 2.1[7].

Uma complicação adicional foi a requisição, por parte do ministério, para a substituição de diversas bibliotecas utilizadas no desenvolvimento do *frontend* em *React*. Especificamente, foi solicitada a remoção da biblioteca *Formik*[8], que desempenhava um papel central no sistema, sendo amplamente utilizada em fluxos que envolviam o preenchimento de formulários. Desde o login do usuário até o cadastro de empresas parceiras, cursos, vagas e outros elementos do sistema, *Formik* era a base para a manipulação e validação de dados. Essa refatoração representou um impacto substancial, pois exigiu a reescrita de partes críticas da aplicação, aumentando a complexidade e o tempo necessário para garantir que os novos métodos adotados mantivessem a integridade e a funcionalidade esperada pelo sistema.

A homologação das tabelas do banco de dados também se revelou um processo desafiador. O alinhamento entre as versões desenvolvidas pelo Ibict e os padrões exigidos pelo MDS resultou em atrasos na homologação final, uma vez que ajustes eram frequentemente necessários. Em determinados momentos, algumas tabelas essenciais foram consideradas não conformes, exigindo reformulações antes da liberação definitiva do sistema.

Além disso, modificações na estrutura do banco de dados impactaram diretamente o desenvolvimento da plataforma, afetando tanto o *backend*, que precisou ajustar os *endpoints* da API[9] e revisar o código, quanto o *frontend*[10] que, por sua vez, precisou rever o uso dos *endpoints* modificados para refletir a nova organização dos dados. Esse retrabalho aumentou o tempo necessário para concluir a integração das funcionalidades, dificultando a estabilização da plataforma.

Nesse contexto, durante o processo de homologação, também foi identificado um desafio adicional relacionado aos gargalos de comunicação entre os microsserviços.

---

5 Conjunto de padrões visuais e de usabilidade para serviços digitais do governo brasileiro. Disponível em: https://www.gov.br/ds. Acesso em: 12 abr. 2025.

6 CSS (Cascading Style Sheets). Linguagem de estilo usada para definir a aparência de elementos em páginas web (cores, fontes, layout etc.). Disponível em: https://developer.mozilla.org/pt-BR/docs/Web/CSS. Acesso em: 12 abr. 2025.

7 WCAG 2.1 (Web Content Accessibility Guidelines). Conjunto de diretrizes internacionais para tornar o conteúdo web mais acessível a pessoas com deficiência. Disponível em: https://www.w3.org/TR/WCAG21/. Acesso em: 12 abr. 2025.

8 Biblioteca JavaScript para facilitar a criação e validação de formulários em aplicações React. Disponível em: https://formik.org/. Acesso em: 12 abr. 2025.

9 Pontos de acesso em uma API que permitem a comunicação entre sistemas, enviando ou recebendo dados.

10 Parte visual e interativa de um site ou aplicativo com a qual o usuário interage diretamente.

Inicialmente, havia sido adotada uma arquitetura de comunicação assíncrona com uso do RabbitMQ[11]. Contudo, diante dos resultados observados, tornou-se necessária a refatoração do código-fonte para adoção de uma nova abordagem, baseada em comunicação síncrona, a fim de tornar a integração entre os microsserviços mais estável e confiável.

Em síntese, os desafios enfrentados na construção da Acredita demonstram a complexidade de desenvolver um sistema governamental robusto, que exige compatibilidade com novas tecnologias, adequação a padrões institucionais e validação rigorosa das informações. A superação dessas dificuldades foi essencial para tornar a plataforma mais estável, eficiente e alinhada às diretrizes do Programa de Redução da Pobreza, garantindo uma solução integrada e confiável para os usuários.

Soluções adotadas e inovações implementadas

Para superar os desafios na implementação da plataforma Acredita, diversas estratégias foram adotadas, focando na reestruturação da arquitetura, integração eficiente de dados e aprimoramento da experiência do usuário. As principais soluções envolveram a reformulação tecnológica da plataforma, a adoção do *PowerDesigner* e *PostgreSQL* para modelagem e migração de dados, o redesenho da interface para alinhamento com o novo *Design System* do governo, a implementação de um fluxo de *login* híbrido e o aprimoramento do processo de homologação.

A necessidade de maior escalabilidade e interoperabilidade levou à adoção de uma arquitetura modular baseada em microsserviços, garantindo maior flexibilidade e facilitando a integração com bases de dados governamentais, como o Cadastro Único (CadÚnico). Além disso, *APIs RESTful*[12] foram incorporadas para permitir comunicação eficiente entre módulos da plataforma e outros sistemas, garantindo a integridade e o compartilhamento seguro de informações.

A modelagem de dados e a migração da antiga base do Progredir para a Acredita exigiram o uso do *PowerDesigner* para criação de um modelo lógico e físico do banco de dados. No entanto, incompatibilidades com o *PostgreSQL* 15, adotado pelo MDS, demandaram ajustes manuais nos scripts SQL. Para garantir a integridade dos dados na transição, foi utilizada a abordagem *ETL (Extract, Transform, Load)*, assegurando a correta extração, transformação e carga das informações na nova base de dados.

O redesenho da interface foi necessário para alinhar o sistema ao novo *Design System* do MDS, resultando na reformulação de mais de 150 telas. Para garantir consistência, foram adotadas bibliotecas de componentes reutilizáveis, substituindo o *Font Awesome*[13] pela

11 RabbitMQ é um agente de mensagens (message broker) de código aberto, utilizado para gerenciar filas e facilitar a comunicação assíncrona entre aplicações, serviços ou microsserviços. Disponível em: https://www.rabbitmq.com. Acesso em: 12 fev. 2026.

12 Interfaces que seguem o estilo REST para permitir a comunicação entre sistemas via requisições HTTP. Disponível em: https://restfulapi.net/. Acesso em: 12 abr. 2025.

13 Biblioteca de ícones vetoriais e logotipos amplamente usada em interfaces web. Disponível em: https://fontawesome.com/. Acesso em: 12 abr. 2025.

biblioteca de ícones do Google, a *Material Symbols*[14], o que reduziu o tempo de carregamento das páginas. A acessibilidade também foi aprimorada, com implementação de modo de alto contraste, suporte a leitores de tela e navegação por teclado, garantindo conformidade com as diretrizes do WCAG 2.1.

Para remover a biblioteca *Formik* do sistema, ela foi substituída pela *React Hook Form* (RHF)[15], biblioteca aprovada pelo MDS. Com isso, cerca de 20 formulários foram refatorados, impactando o dobro de páginas, já que cada um é usado para submissão, visualização e edição de dados. A migração exigiu a reestruturação do envio de informações para o *backend*, além de ajustes no design para atender aos requisitos do RHF. Apesar dos desafios, a transição foi concluída com sucesso, garantindo a total adesão ao RHF sem comprometer o funcionamento do sistema.

A autenticação dos usuários também passou por reformulações significativas. Inicialmente prevista apenas pelo Gov.br, a plataforma precisou adotar um modelo híbrido, contemplando três métodos de *login*:

a) Trabalhadores e beneficiários: via Gov.br.
b) Administradores: via LDAP (sistema interno do MDS).
c) Parceiros e entidades privadas: via e-mail e senha próprios.

Essa mudança exigiu revisão no *backend* e ajustes na estrutura do banco de dados, garantindo a vinculação correta entre os diferentes métodos de autenticação e os perfis de usuários. Além disso, a conformidade com a LGPD foi um ponto crítico, exigindo implementação de mecanismos avançados de segurança e rastreabilidade para garantir a privacidade e proteção dos dados.

A homologação do sistema foi um processo complexo, exigindo múltiplos ciclos de validação para assegurar que as funcionalidades e regras de negócio estivessem corretamente implementadas. Foram criados ambientes de teste separados, permitindo que a equipe técnica do MDS realizasse validações sem impactar o ambiente de produção. Além disso, foram adotados Testes de Aceitação Baseados em Comportamento (BDD), garantindo maior precisão na validação das regras de negócio.

A homologação das tabelas do banco de dados também precisou de ajustes contínuos, uma vez que algumas estruturas inicialmente aprovadas passaram por reformulações ao longo do processo. Em paralelo, foram realizados testes de usabilidade com usuários reais, o que permitiu identificar pontos de melhoria na interface e na navegação da plataforma e orientar correções de forma mais aderente às necessidades práticas de uso.

Nesse contexto de aperfeiçoamentos sucessivos, também se evidenciaram problemas de comunicação entre os microsserviços, demandando uma revisão da arquitetura do sistema.

14 Conjunto de ícones criado pelo Google com base na linguagem de design Material. Disponível em: https://fonts.google.com/icons. Acesso em: 12 abr. 2025.
15 Biblioteca leve para lidar com formulários em React, com foco em desempenho e facilidade de uso. Disponível em: https://react-hook-form.com/. Acesso em: 12 abr. 2025.

Assim, a abordagem originalmente baseada em comunicação assíncrona via RabbitMQ foi substituída por um modelo de comunicação síncrona, no qual um API Gateway passou a centralizar o tráfego e a orquestrar as chamadas entre os serviços.

Nesse novo desenho, todas as operações de gestão (CRUD) são realizadas por meio de requisições HTTP/REST (síncronas), com rotas padronizadas, controle de acesso e validações concentradas no *gateway*. Essa mudança reduziu gargalos, simplificou o rastreamento de falhas e aumentou a previsibilidade das integrações. Como resultado, observou-se maior estabilidade na comunicação entre os microsserviços e mais confiabilidade na execução das funcionalidades do sistema.

Com isso, as soluções implementadas na plataforma Acredita garantiram maior eficiência, segurança, escalabilidade e acessibilidade, tornando a plataforma mais robusta e integrada. A modernização da arquitetura, do banco de dados e da interface consolidou seu papel como ferramenta essencial para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social, otimizando a experiência dos usuários e a gestão das políticas públicas.

Impactos da nova estrutura da plataforma

A evolução da plataforma Acredita, anteriormente conhecida como Progredir e SISPRP, trouxe avanços significativos em usabilidade, integração de dados e impacto nas políticas públicas de inclusão produtiva. A reformulação da arquitetura do sistema e a adoção de novos padrões de autenticação e acessibilidade tornaram a plataforma mais eficiente, segura e acessível para diferentes perfis de usuários.

Entre as principais melhorias, destaca-se a adoção de padrões modernos de design e acessibilidade, facilitando a navegação e tornando a experiência do usuário mais intuitiva. O redesenho da interface, alinhado ao novo *Design System* do MDS, padronizou os componentes gráficos e reduziu a curva de aprendizado. Além disso, foram incorporados recursos de acessibilidade digital, como modo de alto contraste, suporte a leitores de tela e navegação por teclado, permitindo que usuários com diferentes necessidades possam acessar os serviços de forma equitativa. A substituição do *Formik* pelo *React Hook Form* também trouxe benefícios, tornando a manipulação de formulários mais eficiente e alinhada às melhores práticas de desenvolvimento.

No âmbito arquitetural, procedeu-se à reestruturação do mecanismo de integração entre microsserviços, substituindo-se o modelo de comunicação assíncrona baseado em mensageria (RabbitMQ) por uma abordagem síncrona via HTTP/REST, mediada por um API Gateway. Essa alteração foi motivada por limitações observadas no ambiente de homologação, nas quais a comunicação assíncrona passou a produzir efeitos indesejáveis, como latência na propagação de atualizações, inconsistências temporárias de estado entre serviços e maior complexidade para rastreamento de falhas e análise de causa raiz. Ao

adotar a comunicação síncrona, as operações críticas passaram a apresentar respostas imediatas e verificáveis no ato da requisição, permitindo a aplicação de validações e regras de negócio de forma determinística.

Do ponto de vista operacional e de governança tecnológica, a centralização de rotas, autenticação, autorização e validações no gateway resultou em maior previsibilidade do comportamento do sistema, com impactos positivos na confiabilidade percebida, na repetibilidade dos testes de homologação e na manutenção evolutiva.

Nesse sentido, a reformulação do modelo de dados mostrou-se essencial para garantir maior eficiência e integração com sistemas governamentais. A adoção do *PostgreSQL* 15 como SGBD possibilitou melhorias no desempenho da plataforma, facilitando a sincronização com bases como o Cadastro Único (CadÚnico). Entre os avanços observados, destacam-se a reestruturação do banco de dados conforme os padrões do MDS, otimização da indexação de tabelas e uso de *APIs RESTful* para melhorar a comunicação entre sistemas. Como resultado, a plataforma passou a operar de forma mais estável e rápida, minimizando erros e reduzindo tempos de resposta.

As mudanças trarão impactos diretos tanto para usuários do Cadastro Único quanto para gestores de políticas públicas. Para os usuários, a nova plataforma deverá proporcionar maior facilidade no acesso a oportunidades de emprego e capacitação, aprimorando filtros de busca e recomendação de vagas com base no perfil socioeconômico. A interface mais intuitiva e a integração segura com o Gov.br simplificaram o acesso ao sistema e reduziram barreiras na navegação.

Para os gestores públicos, a reformulação trará benefícios como maior precisão na análise da demanda e oferta de qualificação profissional, facilitando o planejamento de políticas de inclusão produtiva. A extração de relatórios e indicadores foi otimizada, permitindo um monitoramento mais ágil e embasado em dados confiáveis. Com um sistema mais eficiente, foi possível reduzir o tempo de processamento das informações e tomar decisões estratégicas com maior rapidez e assertividade.

A adoção de um novo modelo de governança e monitoramento possibilitou a definição de indicadores de desempenho, permitindo a avaliação contínua da eficiência e impacto da plataforma. Alguns dos principais indicadores incluem:

a) Desempenho Técnico: tempo médio de resposta, disponibilidade do sistema e volume de acessos simultâneos.

b) Usabilidade e Acessibilidade: taxa de adoção da plataforma, tempo médio para completar processos e taxa de acessibilidade digital.

c) Impacto na Inclusão Produtiva: número de usuários beneficiados, percentual de trabalhadores empregados após o uso da plataforma e quantidade de microcréditos concedidos.

Esses indicadores garantem que ajustes contínuos possam ser realizados para otimizar o funcionamento da plataforma.

Com essas mudanças, a Acredita se consolidou como um instrumento estratégico para a inclusão produtiva, garantindo maior eficiência na gestão de políticas públicas e promovendo um mercado de trabalho mais acessível e equitativo. A plataforma agora está preparada para evoluir continuamente, ampliando seu escopo e incorporando novas funcionalidades conforme as demandas sociais forem identificadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização da plataforma Acredita representa um avanço significativo na inclusão produtiva, ampliando o acesso ao emprego, à qualificação profissional e ao empreendedorismo. A reformulação da arquitetura e o uso de tecnologias avançadas tornaram a plataforma mais eficiente, acessível e integrada, fortalecendo a formulação de políticas públicas baseadas em dados.

O desenvolvimento trouxe desafios como a migração de banco de dados, a integração com sistemas governamentais, a necessidade de adaptação ao novo padrão visual do MDS e a implementação de um fluxo de login híbrido. Esses obstáculos exigiram soluções estratégicas e alinhamento contínuo entre equipes técnicas e gestores. Como resultado, a plataforma oferece uma experiência mais intuitiva e melhora a interoperabilidade com bases como o CadÚnico.

A principal lição aprendida foi a importância da flexibilidade e adaptação contínua em sistemas governamentais. Ajustes na arquitetura e na interface demonstraram a necessidade de uma abordagem iterativa e colaborativa para garantir melhorias progressivas.

Para o futuro, a plataforma deve expandir sua interoperabilidade, integrar novos serviços e aprimorar funcionalidades, como o acompanhamento personalizado dos beneficiários. Tecnologias emergentes, como inteligência artificial e análise preditiva, serão fundamentais para aprimorar a experiência do usuário. Com esses avanços, a plataforma Acredita se consolida como uma ferramenta essencial para a inclusão produtiva, contribuindo para um mercado de trabalho mais acessível e equitativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 9.160, de 26 de setembro de 2017. Institui o Plano Progredir. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 186, p. 3, 27 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024. Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 196, 10 out. 2024. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14995&ano=2024&ato=587kXVE9ENZpWT72d. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Secretaria de Governo Digital. **Design System**: padrões visuais e de usabilidade para serviços públicos digitais**.** Disponível em: https://www.gov.br/ds. Acesso em: 12 abr. 2025.

CLARK, K. A. Human Interaction and Collaborative Innovation. *In*: KUROSU, M. (ed.). **Human Centered Design**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2011. p. 13-21.

FONT AWESOME. **Font Awesome.** 2024. Disponível em: https://fontawesome.com/. Acesso em: 12 abr. 2025.

FORMIK. **Build forms in React, without the tears**. 2020. Disponível em: https://formik.org/. Acesso em: 12 abr. 2025.

GOOGLE. **Material Symbols and Icons.** 2022. Disponível em: https://fonts.google.com/icons. Acesso em: 12 abr. 2025.

MOZILLA. **CSS**: Cascading Style Sheets. 2025. Disponível em: https://developer.mozilla.org/pt-BR/docs/Web/CSS. Acesso em: 12 abr. 2025.

PÉREZ, L. G.; TEIXEIRA SOBRINHO, J. P.; REGLY, T.; SILVA, L. C.; CAUSANILHAS, A. D. F.; MOURA, R. S.; MACÊDO, D. J.; COSTA, L. R.; BRAGA, T. E. N. Programa Redução da Pobreza: sistema de informação para apoiar o emprego, o empreendedorismo e a educação das pessoas inscritas no Cadastro Único. *In:* WORKSHOP DE INFORMAÇÃO, DADOS E TECNOLOGIA, 7., 2024, Porto Velho. **Anais** [...]. Porto Velho: UNIR, 2024. DOI: 10.22477/vii.widat.181. Disponível em: https://widat.ibict.br/index.php/widat2024/article/view/181. Acesso em: 4 maio 2025.

POSTGRESQL. **PostgreSQL 15 released**. 2022. Disponível em: https://www.postgresql.org/about/news/postgresql-15-released-2510/. Acesso em: 12 abr. 2025.

REACT HOOK FORM. **React Hook Form**: simple, performant, flexible forms for react**.** Disponível em: https://react-hook-form.com/. Acesso em: 12 abr. 2025.

RESTFUL API. **REST API Tutorial.** 2025. Disponível em: https://restfulapi.net/. Acesso em: 12 abr. 2025.

SCHWABER, Ken; SUTHERLAND, Jeff. **The Scrum Guide**: the definitive guide to Scrum: the rules of the game. [*s. l.: s. n.*], 2020. Disponível em: https://scrumguides.org/docs/scrumguide/v2020/2020-Scrum-Guide-US.pdf. Acesso em: 17 fev. 2024.

SCRUM. **Scrum.org**. Disponível em: https://www.scrum.org/. Acesso em: 12 abr. 2025.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM. **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1.** 2025. Disponível em: https://www.w3.org/TR/WCAG21/. Acesso em: 12 abr. 2025.